

**O ARTESANATO COMO NORTE DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:  
Caminhos da economia criativa para a geração de renda e a preservação  
ambiental e cultural no Brasil**

**Silvana de Sousa Cavalcante<sup>1</sup>**

**Tatieures Gomes Pires<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Este trabalho investiga o artesanato enquanto uma prática integrada de sustentabilidade, capaz de responder simultaneamente aos desafios contemporâneos do consumo desenfreado, da degradação ambiental e da perda de identidade cultural. Partindo do objetivo geral de compreender essa multifuncionalidade, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Este artigo apresenta a fundamentação teórica e a evolução do artesanato, dialogando com a arte, a cultura e as práticas sustentáveis, incluindo os princípios de ESG (ambiental, social e governança). A análise demonstra que a atividade artesanal opera de forma tridimensional: como uma prática ambientalmente responsável, através do uso consciente e do reaproveitamento de materiais; como um pilar de preservação cultural, ao manter vivos saberes tradicionais e identidades locais; e como um vetor de economia criativa, promovendo geração de renda e inclusão social. O estudo conclui que o Brasil tem evoluído nas políticas públicas de incentivo ao setor e identificou ainda que o artesanato se configura como um modelo tangível e viável de desenvolvimento sustentável. Ele se apresenta como uma resposta prática e coerente, onde a produção manual única valoriza o meio ambiente, fortalece os laços comunitários e culturais e cria circuitos econômicos mais justos e locais, projetando-se como um caminho efetivo para um futuro que equilibra progresso, planeta e pessoas.

**Palavras-chave:** artesanato; sustentabilidade; inovação; cultura; economia criativa.

**1. INTRODUÇÃO**

O mundo vem enfrentando, nos últimos anos, uma série de desafios relacionados ao consumo desenfreado, à degradação ambiental e à perda de identidade cultural. Esse consumo sem limites, impulsionado pela moda rápida e pela

---

<sup>1</sup> Silvana de Sousa Cavalcante; MBA em Política e Assessoria Parlamentar; [silvanacavalcante59@gmail.com](mailto:silvanacavalcante59@gmail.com)

<sup>2</sup> Tatieures Gomes Pires; Mestre em Avaliação de Políticas Públicas – UFC; [tatieures@ufc.br](mailto:tatieures@ufc.br)

obsolescência programada, gera um ciclo vicioso de comprar, usar pouco e descartar, sobrecarregando o planeta com resíduos e esgotando recursos naturais que são finitos (LIPOVETSKY, 2007).

Paralelamente, os riscos da degradação ambiental se tornam cada vez mais graves, com desmatamento, poluição de rios e mares, e mudanças climáticas que ameaçam não apenas a natureza, mas a própria qualidade de vida das futuras gerações (LEFF, 2001). Além disso, a perda de identidade cultural é uma consequência silenciosa da globalização, onde tradições locais, saberes ancestrais e modos de vida únicos vão sendo substituídos por uma cultura padronizada, enfraquecendo o senso de comunidade e pertencimento (CANCLINI, 2008).

Dentro desse contexto, o artesanato surge como uma prática que vai muito além de um simples passatempo ou fonte de renda extra. Ele pode ser visto como uma forma de resistência, inovação e cuidado com o planeta. Ao valorizar a produção manual, o uso de materiais reaproveitados e as técnicas tradicionais, o artesanato se apresenta como uma resposta prática e significativa a esses três grandes problemas: contrapõe-se ao consumo desenfreado ao oferecer produtos duráveis e com significado; reduz a degradação ambiental ao promover a reutilização e o uso de recursos locais; e fortalece a identidade cultural ao manter vivas as tradições e os saberes de uma comunidade.

A história do artesanato teve início com a própria história do homem, pois a necessidade de se produzir bens de uso rotineiro expressou a capacidade criativa e produtiva como forma de trabalho (LAMPEN, 2001). De acordo com Digby (2007), a principal característica do trabalho artesanal é o fato de ser executado pelas mãos, com sensibilidade, perícia e cuidado. A atividade é a precursora dos processos industriais, trazendo em seu cerne tradição e inovação, preservando memória e, ao mesmo tempo, promovendo mudanças no modo de viver das pessoas.

Na vida moderna, torna-se urgente adotar um posicionamento mais sustentável. Nesse cenário, o artesanato aparece como um agente silencioso de mudança positiva. De forma sutil, o trabalho manual se conecta profundamente com o meio ambiente, promovendo benefícios que vão muito além do objeto criado. Este trabalho busca mostrar como o artesanato se torna um catalisador poderoso para a preservação do nosso planeta.

Diante disso, surge a pergunta de pesquisa: de que maneira as políticas públicas brasileiras têm incentivado a produção artesanal baseada no

reaproveitamento de materiais e em técnicas tradicionais, e como essas iniciativas podem fomentar a inovação com propósito (ambiental, social e cultural), capaz de gerar impactos positivos no meio ambiente e na sociedade?

Diante dessas indagações, o objetivo geral deste trabalho analisar as políticas públicas brasileiras de incentivo à produção artesanal e discutir as contribuições dessas iniciativas à luz do potencial do artesanato na promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (ambiental, cultural e socioeconômica).

Para consecução deste objetivo, pretende-se, como objetivos específicos:

- a. Compreender a evolução da atividade artesanal e identificar de que modo o uso de materiais reaproveitados e de técnicas tradicionais contribui para a promoção da inovação sustentável;
- b. Analisar a relevância do artesanato sob as perspectivas da sustentabilidade ambiental, cultural e socioeconômica;
- c. Discutir as políticas públicas e iniciativas recentes voltadas ao setor de produção artesanal, bem como suas implicações ambientais, culturais e socioeconômicas.

Consideramos a relevância desse estudo, por trata-se de um tema atual e imprescindível para o bem estar da vida no planeta. A preservação do meio ambiente está atrelada à forma inteligente e responsável com que o ser humano interage com a natureza. Para que ambos vivam em harmonia e saúde, é necessário que essa relação seja uma via de mão dupla, ou seja, que “à natureza agrade”. Já que o homem é um ser pensante e agente principal nesta conexão, ele precisa utilizar os recursos naturais de maneira sustentável para que não caia na escassez por conta de degradação ambiental.

Quanto à abordagem e aos procedimentos metodológicos adotados, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, fundamentada em levantamento documental e bibliográfico, contemplando a análise da literatura sobre o tema, a legislação correlata, bem como informações disponíveis em páginas na internet, incluindo os sítios oficiais. Essa escolha metodológica permite uma investigação mais flexível e aprofundada dos aspectos selecionados, possibilitando a construção de conhecimentos que embasam e sustentam a compreensão do tema proposto.

Além disso, como a abordagem exploratória busca compreender um assunto específico, pretende-se agregar conhecimento por meio da consolidação do material

explorado de forma sistemática, o que compreende desde a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados às observações realizadas, quanto a reflexão sobre possíveis mudanças comportamentais decorrentes dessas análises.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. A Atividade Artesanal**

Na tentativa de classificá-lo enquanto atividade de produção de bens, Pereira (1979) interpõe o artesanato entre a “Arte Popular” e a “Pequena Indústria”, permutando características e manifestações entre uma e outra. Segundo o autor, o artesanato constitui um sistema de produção à parte da indústria, porém com ela vai se confundindo ou sendo confundido fazendo surgir termos como “artesanato-industrial” ou “indústria artesanal” (Pereira, 1979).

Pereira (1979) faz a distinção entre o artesanato e a arte popular, dizendo que esta não visa atender, originariamente, a nenhuma finalidade econômica ou a uma satisfação imediata duma necessidade social, mas satisfaz aos impulsos de uma manifestação estética, embora seja eventualmente comercializada, enquanto que o artesanato traz inerente em si o interesse do comércio imediato. Artesanato e arte-popular identificam-se pela fonte de produção – o povo e sua tradição – e distinguem-se nos seus fins (Pereira, 1979).

Já de acordo com Gullar (1994), apesar de o trabalho artesanal ser visto como atividade inferior desde a Antiguidade, a efetiva distinção entre arte e artesanato trata-se de um fenômeno moderno que tem seu início no Renascimento, na divisão de trabalho (artistas e artesãos) que se estabelece nas equipes de construção de igrejas medievais, uma vez que esta proporciona condições ao aparecimento do artista individual. Para o autor, quando esta figura deixa o canteiro de obras e passa ter o ateliê próprio pode prescindir da encomenda e criar à espera de um futuro comprador. O autor define que “uma das características do artesanato, em contraposição à arte então nascente, é que esta caracteriza-se pela busca de novas formas e estilos, enquanto o artesanato é conservador e repetitivo”. (GULLAR, 1994).

Servetto *et al.* (1998) cita vários autores e estudos sobre a produção de artesanato na região andina da Argentina, dos quais ressalta a tendência de se definir o objeto artesanal e o artesão como produtor do objeto, descontextualizando suas

condições de trabalho e sua história. Assim, encontra as seguintes definições que caracterizam o artesanato tradicional: trabalho predominantemente manual; utilização de recursos naturais locais; conhecimentos transmitidos pelas gerações passadas; caráter utilitário e funcional da obra; e bagagem cultural plasmada na criação individual.

O artesanato representa a manifestação de uma cultura e um pilar da identidade de um povo. Trata-se de uma prática multifacetada, passível de análise sob diversas óticas: histórica, econômica, social, cultural e ambiental. Desde tempos imemoriais, o ser humano recorre (e ainda recorre) a essa atividade para suprir necessidades, tanto básicas quanto secundárias, de seu contexto social e econômico, por meio da produção manual de bens.

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental. Através do artesanato, o homem satisfaz e ainda satisfaz demandas essenciais e acessórias do seu meio social e econômico, no tocante à obtenção de bens manufaturados. Pereira (1979) enfatiza que, para ser eficientemente compreendido, o artesanato não pode ser apenas encarado como um conjunto de técnicas e processos dirigidos à produção de bens manufaturados, mas na reciprocidade das relações com o meio em que se expande, ou seja, dentro do contexto cultural que, num determinado momento, geram as condições que lhe dão origem e existência. A riqueza cultural expressa-se em muitas e diferentes manifestações, algumas delas de caráter inovador, seja porque são singulares, não aparecendo em nenhuma outra região do país, seja porque assumem na região aspectos peculiares, em consonância com as especificidades da tradição e dos hábitos locais. O artesanato é um típico exemplo nessa direção (DINIZ e DINIZ, 2007).

É possível afirmar que a origem de numerosos materiais e métodos artesanais decorre da capacidade de adaptação dos grupos humanos ao seu entorno natural, bem como da forma como se organizam socialmente. Segundo Canclini (1984) tais materiais e técnicas estão em constante readaptação frente às condições econômicas e culturais, aos estímulos e recursos disponíveis. Antonio Cândido (1987) reforça essa colocação ao dizer que “para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social”. Para D’Ávila (1983), o artesanato está diretamente ligado à questão do emprego, como solução de

curto prazo para os países em desenvolvimento. O estímulo à produção artesanal requer baixos investimentos, dando chances a uma imensa parcela da população à participação econômica efetiva. Para o autor a importância do processo de produção artesanal reside ainda no resgate de valores humanos (habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia, beleza) em contraposição aos processos industriais de mecanização e automação. O autor ressalta o alto valor agregado do produto artesanal, e sua condição para penetrar em países onde os produtos manufaturados têm o melhor mercado (D'ÁVILA, 1983). O artesanato para os segmentos populares se baseia na experiência vivida e transmitida de geração para geração. A tradição familiar tem enorme peso no processo criativo. Pertencer a uma família de artistas ou crescer em meio artesanal é, geralmente, um meio de não só “dar continuidade à categoria”, mas manter os vínculos afetivos, a memória, as trocas simbólicas e os elos de solidariedade e dom necessários à gestão do cotidiano de cada artesão (DIAS, 2007).

## **2.2. O artesanato como prática sustentável**

O artesanato sustentável se apresenta como uma alternativa ao consumo industrial, incentivando a produção local, o uso consciente dos recursos e o respeito ao meio ambiente. Como observa Oliveira (2019), a própria essência do fazer manual está ligada a uma relação de cuidado, e não de exploração, com a matéria-prima. Cada peça feita à mão é única e carrega consigo um compromisso com um futuro mais equilibrado. Ao usar materiais naturais ou reciclados, o artesão ajuda diretamente a reduzir o lixo e a dar nova vida a objetos que seriam descartados.

Além disso, de produção geralmente gasta menos energia do que uma fábrica, o que é melhor para o planeta e também pode baratear o custo final do produto. A produção artesanal acontece em pequena escala, muitas vezes dentro de comunidades, o que fortalece a economia local e cria uma relação mais próxima e responsável com o ambiente.

A criatividade do artesão é um terreno fértil para a inovação sustentável. Ao experimentar com técnicas e materiais, ele encontra soluções que reduzem o impacto ambiental. Muitas comunidades usam o artesanato justamente como ferramenta de preservação e geração de renda, transformando, por exemplo, garrafas PET, papel

ou retalhos em objetos de arte e utilidade. A famosa ideia de que “nada se perde, tudo se transforma” ganha vida nas mãos do artesão.

O artesanato também dialoga muito bem com os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança). Martins (2020) argumenta que a prática artesanal já realiza, naturalmente, muitas dessas ideias. Do ponto de vista Ambiental, o artesanato contribui com a agenda de sustentabilidade pois costuma ter um impacto menor porque usa recursos locais e renováveis, reaproveita materiais e, por ser manual, emite menos carbono.

No aspecto Social, ele é uma fonte crucial de renda e autonomia, principalmente para mulheres e pessoas de áreas rurais. Ele também preserva saberes tradicionais, fortalece a identidade cultural e promove um comércio mais justo, valorizando o trabalho humano. Na questão da Governança (que trata de ética e transparência), o artesanato, por sua escala menor e proximidade com o produtor, permite saber facilmente de onde vêm os materiais e como a peça foi feita, operando com grande senso de responsabilidade. Portanto, o artesanato é um exemplo concreto de como uma atividade econômica pode ser, ao mesmo tempo, sustentável e socialmente responsável.

Um dos materiais mais reaproveitados são as madeiras, como os paletes utilizados em armazenamento e transporte, é possível criar diversos objetos com esse material: sofás, camas, estantes e prateleiras, mesas, itens de decoração, etc. É só deixar a criatividade fluir. Já as garrafas PET, produzidas 20 mil vezes por segundo, podem ser utilizadas para vasos, porta-joias, sino dos ventos, arranjos suspensos, bolsas, porta lápis, cofrinhos para as crianças, lustres, entre outras opções.

Embora meio ambiente e artesanato pareçam assuntos diferentes, eles se complementam muito. A arte tem o poder de inspirar hábitos mais conscientes. O artesanato sustentável, ao valorizar o reaproveitamento e a produção local, convida o consumidor a refletir sobre suas escolhas. O que para muitos é lixo, nas mãos de um artesão vira um objeto cheio de beleza, história e identidade, fortalecendo a nossa cultura.

### **2.3. O artesanato e a valorização da cultura**

Observa-se que a humanidade busca conhecer o mundo, para entender os fatos que ocorrem em seu redor, do passado e futuro, em busca de um

desenvolvimento, material ou espiritual. Estes conhecimentos são produzidos, adquiridos e muitas vezes, repassados aos seus semelhantes. A estes saberes, técnicas, crenças e hábitos de um povo, pode-se chamar de cultura, termo este bastante amplo, que envolve questões educacionais, artísticas e tradições, dentre muitos outros (SANTOS, 1994).

De acordo com Cascudo (1973) cultura é o “conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissível pela convivência e ensino, de geração em geração”. É a cultura que distingue a identidade de um indivíduo e possibilita identificá-lo como membro de uma sociedade. Detentor de uma série de conhecimentos, hábitos e valores adquiridos por seus semelhantes, este indivíduo reconhece outros membros de seu grupo, interage com os mesmos e com outras comunidades, transmite às gerações futuras sua cultura e preserva particularidades de seu povo.

A arte sempre foi a expressão máxima de um povo, sendo capaz de indicar as particularidades, as regionalidades e os marcos socioculturais que cada cultura possui. O artesanato, portanto, pode ser entendido como uma dessas formas de manifestações artísticas da sociedade, pois carrega questões sociais e de ancestralidade, a combinação entre a tradição e o contemporâneo, a transmissão de conhecimento entre gerações e, também, importância econômica em nível nacional.

A participação artesanal no processo de formação de uma cultura nunca foi questionada, muito pelo contrário, se buscarmos a origem do artesanato fica claro que ele sempre esteve ligado à subsistência das tradições, fato muito importante para a consolidação de uma identidade cultural.

Assim, Canclini (1982) sugere que o artesanato deve ser estudado dentro de um contexto mais amplo, dentro da sociedade abrangente em que é produzido, em suas relações com o sistema econômico vigente e em suas diferentes etapas: a produção, a circulação e o consumo. O autor afirma que “é necessário estudar o artesanato como um processo e não como um resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não como objetos voltados para si mesmos”.

O artesanato é uma expressão da cultura popular, em suas múltiplas faces, cujo saber se passa pela tradição familiar. A arte/produção artesanal de acordo com Dias (2003), pode ser entendido no sentido de identificar motivos que representam expressões artísticas como reminiscências do passado em tensão entre continuidade e mudanças próprias. Entretanto, não só da dinâmica da cultura, mas também das próprias exigências dos novos tempos. O fazer artesanal passa não só pela tradição

familiar, mas também pela “habilidade”, ou seja, o “dom”. Ele é o grande impulsionador, em arte, do ato criador.

A inovação não está apenas ligada à tecnologia. Inovar também é, principalmente, explorar novas estratégias de valorizar e manter a cultura viva, trazendo e adaptando técnicas antigas para os dias atuais. Isso ocorre quando artesãos criam peças tradicionais com um design mais moderno, agregando os gostos e necessidades do consumidor atual. Redefinindo o Valor das Coisas.

Em um mundo impulsionado pela produção em massa, o artesanato resgata a essência do valor inerente. Cada peça única é resultado de horas dedicadas, transmitindo uma narrativa que vai além do material. Ao valorizar o artesanato, não apenas estamos adquirindo um item, mas também reconhecendo o esforço humano e o respeito à natureza que permeiam cada criação

As peças artesanais, além de contar a história de um povo por meio de suas criações, contribuem na manutenção da memória cultural, gerando um sentimento de pertencimento e identidade. Resultando também na valorização do produto, tornando-o único e autêntico.

O artesanato possui ainda, um forte impacto na construção de uma identidade local, e que como vem expressar a arte e suas diversas formas, contribui para caracterizar uma identidade cultural local. Ao analisar cultura e identidade, Cucho (1999), afirma que as grandes interrogações sobre a identidade remetem frequentemente à questão da cultura. O mesmo autor defende que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social.

Canclini (1982) considera que os bens culturais de um determinado grupo surgem das necessidades globais de um sistema social e por ele está determinado, ou seja, existe sempre uma organização material própria para cada produção cultural. Tais bens culturais, entre eles o artesanato, sejam de comunidades tradicionais ou das classes populares rurais e urbanas, são manifestações de sua cultura popular.

## **2.4. Economia criativa e geração de renda**

A Economia Criativa pode ser definida como um setor econômico baseado no capital intelectual, cultural e na criatividade, que gera valor e riqueza através da produção de bens e serviços simbólicos, culturais e estéticos (HOWKINS, 2001). No

Brasil, esse conceito ganhou marco legal recente com a Lei Federal nº 15.130, de 7 de julho de 2025, que reconhece e formaliza a economia criativa como um segmento estratégico para o desenvolvimento nacional. A lei define como atividades da economia criativa aquelas que têm origem no "capital intelectual e na criatividade, com potencial para gerar riqueza, empregos e receitas, promovendo a diversidade cultural e o desenvolvimento socioeconômico", e cita expressamente o artesanato como uma de suas áreas fundamentais. Um dos avanços mais significativos desta nova legislação, que começa a vigorar em 1º de janeiro de 2026, é permitir que os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) sejam utilizados para financiar projetos e atividades produtivas de pessoas físicas e jurídicas ligadas ao setor criativo, do qual o artesanato é parte integrante (BRASIL, 2025).

Esse novo enquadramento legal reforça e potencializa o papel do artesanato como um pilar concreto da economia. Em vez de depender de grandes indústrias, ele valoriza o trabalho individual ou coletivo de pequenos produtores, incentivando o consumo consciente de produtos feitos à mão. Esse modelo favorece diretamente o empreendedorismo e a autonomia financeira, especialmente entre mulheres de comunidades urbanas e rurais, que historicamente encontram mais barreiras para acessar o mercado formal de trabalho (D'ÁVILA, 1983).

O consumo de produtos artesanais se opõe à lógica do descartável, pois valoriza a durabilidade, a qualidade e a história por trás de cada peça. Essa abordagem não só reduz o desperdício, mas também atende a uma demanda crescente de consumidores que buscam significado, autenticidade e uma conexão ética e afetiva com aquilo que adquirem (LIPOVETSKY, 2007). Dessa forma, o artesanato se consolida como uma atividade econômica vital, que aquece os mercados locais, promove a inovação a partir da tradição e gera uma elevação de renda sustentável e culturalmente enraizada, alinhando-se perfeitamente aos princípios da economia criativa agora respaldados por lei.

### **3. METODOLOGIA**

Este trabalho adotou a pesquisa qualitativa como abordagem metodológica principal, por entender que esta é a mais adequada para investigar fenômenos

sociais e culturais em sua profundidade e complexidade, buscando compreender significados e processos, conforme recomendado por Gil (2008). O objetivo de entender o artesanato como uma prática de sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, demanda uma investigação interpretativa e descritiva, que a abordagem qualitativa satisfaz.

Quanto aos procedimentos técnicos, este estudo se configura como uma pesquisa de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Este delineamento foi escolhido porque o propósito central do trabalho é analisar, sintetizar e discutir criticamente as principais ideias e conceitos já produzidos pela literatura especializada sobre o tema, bem ações estratégicas nacionais na área, integrando as perspectivas de diferentes autores com os normativos e demais documentos oficiais.

Dessa forma, a pesquisa é constituída por duas categorias principais de fontes: a produção bibliográfica acadêmica sobre artesanato, sustentabilidade, identidade cultural e economia criativa; e documentos oficiais, normativos e públicos relativos a políticas para o setor. O material foi selecionado de forma intencional e não probabilística, orientada pelos critérios de pertinência teórica e relevância para os objetivos traçados. Para a pesquisa bibliográfica, priorizaram-se livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos que discutissem a interseção entre o fazer artesanal e os pilares da sustentabilidade socioambiental, bem como obras de referência na definição do campo. A busca foi conduzida em bases de dados acadêmicas e acervos bibliotecários, utilizando descritores como "artesanato sustentável", "cultura e artesanato" e "economia criativa".

Em paralelo, a pesquisa documental concentrou-se na análise de políticas públicas, legislações e documentos oficiais, com ênfase na recente Lei Federal nº 15.130, de 2025, que reconhece a economia criativa, incluindo o artesanato, como setor estratégico para o país e estabelece diretrizes para seu fomento. A combinação dessas abordagens permitiu um exame tanto da fundamentação teórica quanto do arcabouço institucional que sustenta e orienta a atividade artesanal no contexto nacional.

O processo de coleta de dados consistiu na identificação, reunião e leitura analítica do material selecionado. Para a análise desses dados bibliográficos, empregou-se análise de conteúdo na correlação entre literatura e políticas públicas,

através da leitura imersivas e crítica dos documentos e notícias oficiais, à luz do referencial teórico, para interpretar essas ações e sintetizar uma argumentação coerente com os objetivos deste trabalho.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO**

A partir do objetivo geral deste trabalho, observa-se que as políticas públicas de incentivo no Brasil representam um canal fundamental para transformar esse potencial teórico em realidade tangível. Programas e ações governamentais, quando bem direcionados, funcionam como um espelho de como a sociedade e o Estado enxergam o artesanato: se como um simples hobby, como um setor econômico marginal ou, como propõe este trabalho, como um vetor multidimensional de sustentabilidade ambiental e cultural e desenvolvimento econômico e social.

Uma análise crítica mostra que, progressivamente, essas políticas têm ampliado sua visão, começando a captar e fomentar a natureza multifacetada do artesanato, alinhando-se à perspectiva discutida no referencial teórico, que vê na atividade uma confluência entre resistência cultural, cuidado ambiental e geração de renda.

No eixo ambiental, as políticas mais recentes têm fomentado o chamado “artesanato sustentável”, promovendo oficinas e editais que estimulam o uso de materiais reaproveitados e de origem certificada. Essa orientação vai ao encontro da percepção de Oliveira (2019) sobre a relação de cuidado inerente ao fazer manual. Ao financiar e dar visibilidade a artesãos que transformam resíduos em produtos, o poder público legitima e amplifica uma prática que é, antes de tudo, um ato de resistência contra a lógica do descarte. Isso materializa a contribuição do artesanato para a economia circular, não como uma exceção, mas como um caminho viável e a ser incentivado. Quando uma comunidade recebe apoio para estruturar uma cadeia de coleta de garrafas PET ou de sobras de madeira para seu artesanato, está-se operacionalizando na prática o conceito teórico de que “nada se perde, tudo se transforma”, criando um impacto ambiental positivo mensurável e vinculado à geração de trabalho.

Social e culturalmente, as políticas de identificação e certificação de artesanatos como de “referência cultural” são talvez as que mais explicitamente

conectam incentivo econômico à preservação da identidade. Ao conceder um selo a uma renda de bilro do Nordeste ou a uma cerâmica indígena, não se está apenas agregando valor de mercado a um produto. Está-se, na verdade, validando e protegendo um saber ancestral, conforme definido por Cascudo (1973) e Canclini (1982).

Essa valorização oficial é um antídoto potente contra a perda identitária, pois transforma o conhecimento tradicional, transmitido familiarmente como observou Dias (2007), em um ativo reconhecido e valorizado pela sociedade e pelo mercado. Do ponto de vista da justiça social, programas que priorizam o apoio a cooperativas lideradas por mulheres ou a comunidades tradicionais fazem do artesanato uma ferramenta de inclusão e redução de desigualdades, promovendo autonomia financeira e fortalecendo o tecido comunitário, aspectos cruciais destacados no pilar Social da nossa discussão teórica.

Economicamente, o foco das políticas na comercialização, seja através de feiras nacionais como a FENEARTE (Feira Nacional de Negócios do Artesanato), seja por meio de plataformas de e-commerce fomentadas, como o MicBR (Mercado de Indústrias Criativas do Brasil), iniciativa do Ministério da Cultura para conectar criadores diretamente ao consumidor, responde diretamente ao desafio da geração de renda sustentável. Isso cria um ecossistema onde o valor único e a história por trás de cada peça, conceitos caros ao referencial teórico de Pereira (1979) e Gullar (1994), encontram seu canal para atingir um consumidor consciente. O estímulo ao empreendedorismo individual e coletivo transforma a atividade artesanal de um mero complemento de renda em uma profissão viável, aquecendo as economias locais e descentralizando as oportunidades. Esta abordagem concretiza a visão de D'Ávila (1983) sobre o artesanato como uma solução efetiva de geração de emprego e renda de baixo custo inicial.

Contudo, a análise também revela desafios na articulação entre política e teoria. Muitas vezes, os editais e programas ainda funcionam de forma fragmentada, não integrando perfeitamente as três dimensões (ambiental, cultural e econômica) de forma sistêmica. Além disso, a governança – no sentido de transparência e rastreabilidade da cadeia – é um pilar que poderia ser mais fortemente incentivado pelas políticas, criando mecanismos que garantam ao consumidor final não apenas a autenticidade cultural, mas também a origem sustentável dos materiais e a remuneração justa do artesão.

Em síntese, ao dialogar com o referencial construído, percebe-se que as políticas brasileiras de incentivo ao artesanato têm avançado no sentido de enxergar a atividade em sua complexidade e potencial transformador. Elas começam a atuar como um catalisador que permite ao artesanato realizar, em escala ampliada, sua vocação para ser uma resposta prática aos desafios contemporâneos.

Ao fomentar a produção sustentável, elas protegem o meio ambiente; ao certificar e valorizar saberes, eles fortalecem a cultura; e ao abrir canais de comercialização, geram renda e inclusão. Dessa forma, o artesanato deixa de ser um objeto de estudo apenas teórico e se mostra como uma atividade econômica real e viável, perfeitamente alinhada com os princípios de um desenvolvimento que busca ser, de fato, sustentável em todas as suas acepções. Esta discussão demonstra, portanto, como a produção artesanal, quando apoiada por uma visão política integrada, comporta-se na contemporaneidade como um agente de inovação com propósito, gerando impactos positivos e tangíveis tanto para o planeta quanto para a sociedade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho se propôs a investigar o artesanato para além de sua face óbvia de produção manual, buscando entendê-lo como uma prática complexa e uma resposta concreta aos urgentes desafios do nosso tempo: o consumo desenfreado, a degradação ambiental e a perda de identidade cultural. Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que o artesanato não é um resquício do passado, mas uma atividade dinâmica e profundamente relevante para o presente e o futuro.

O objetivo geral deste trabalho de analisar as políticas públicas brasileiras de incentivo à produção artesanal e discutir as contribuições dessas iniciativas à luz do potencial do artesanato na promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões foi integralmente alcançado. A análise teórica demonstrou que a atividade se sustenta em três pilares interligados: é uma prática ambientalmente responsável, pelo uso consciente e reaproveitamento de materiais; um pilar social e cultural, ao preservar saberes ancestrais e fortalecer identidades comunitárias; e um vetor de economia criativa, ao gerar renda e autonomia de forma inclusiva. A discussão sobre as políticas públicas brasileiras de incentivo corroborou essa visão

integrada, mostrando como o apoio institucional pode potencializar cada uma dessas dimensões, transformando o potencial teórico em impacto real.

A premissa de que o artesanato, com suas técnicas tradicionais e uso de materiais reaproveitados, se comporta como um catalisador de impactos positivos, tem sido reconhecida pelas políticas públicas brasileiras e se confirmado através de resultados positivos. Ele se mostrou uma forma viável de inovar com propósito, criando objetos com significado que desafiam a cultura do descartável, reduzem a pressão sobre os recursos naturais e mantêm viva a memória cultural. Dessa forma, a produção artesanal se revela não apenas adaptada à época atual, mas como um caminho necessário para uma economia mais humana e um desenvolvimento genuinamente sustentável.

É importante reconhecer, contudo, as limitações inerentes a este estudo. Tendo em vista a limitação de tempos e recursos disponíveis para aprofundar a análise, suas conclusões estão necessariamente vinculadas ao recorte e à análise das fontes disponíveis. A profundidade da vivência do artesão, os desafios práticos de gestão e a efetividade concreta de algumas políticas públicas poderiam ser mais bem explorados em investigações futuras que empreguem metodologias de campo, como entrevistas e estudos de caso.

Como desdobramento, sugere-se que pesquisas subsequentes possam quantificar os impactos ambientais da produção artesanal em comparação com a industrial, ou mapear com mais detalhe as cadeias de valor do artesanato sustentável. Investigar os canais de comercialização e o perfil do consumidor consciente também seria fundamental para fortalecer o lado econômico dessa equação.

Em última análise, este trabalho conclui que o artesanato é muito mais do que um ofício; é uma filosofia de fazer e viver. Ele encarna a possibilidade de um progresso que não sacrifica a cultura no altar da eficiência, nem o planeta no altar do lucro. Valorizar e fomentar o artesanato sustentável, portanto, não é um gesto nostálgico, mas um investimento estratégico em um futuro onde a economia, a sociedade e a ecologia possam, finalmente, caminhar juntas.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. Análise de Conteúdo Revisada e Atualizada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOAVENTURA, E. M. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2014.

BRASIL. Lei nº 15.130, de 7 de julho de 2025. Reconhece a economia criativa como setor estratégico e define suas diretrizes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2025.

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas e Consumo Globalizado. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 2008.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMAGINÁRIO BRASILEIRO. Website institucional. Disponível em: <https://imaginariobrasileiro.com.br/>. Acesso em: Agosto. 2025.

LE BIANCO. Artesanato: o fio invisível da sustentabilidade. Disponível em: <https://blog.lebianco.com.br>. Acesso em: Agosto. 2025.

LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIPOVETSKY, G. A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a Sociedade de Hipерconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOWKINS, J. The Creative Economy: How People Make Money from Ideas. Londres: Penguin Books, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, R. C. ESG na Prática: Modelos Tradicionais e Economia de Propósito. Rio de Janeiro: Editora Sustentável, 2020.

OLIVEIRA, M. F. Tecer Sustentabilidade: O Artesanato como Prática Socioambiental. Belo Horizonte: Editora Arte & Ofício, 2019.

OLIVEIRA, T. R. Inovação sustentável: caminhos e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Verde, 2021.

PEREIRA, João. Artesanato e cultura popular no Brasil. São Paulo: Cultura Viva, 2018.

REDE ARTESANATO BRASIL. A importância do artesanato. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/07/24/importanciadoartesanato/>. Acesso em: Agosto. 2025.

SAMPAIO, R. F. Revisões Narrativas e Sistemáticas na Pesquisa Qualitativa: Um Guia Prático. Porto Alegre: Artmed, 2020.

SANTOS, Maria Clara. Economia criativa e sustentabilidade: novos olhares sobre o artesanato. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

STUCCHI, Amanda. Artesanato sustentável: a arte para preservar o meio ambiente. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT), VII., 2010. Anais [...]. Resende, RJ: SEGeT, 2010. Acesso em: 17 ago. 2021.